

**PREGÃO
ELETRÔNICO
012/2025**

CONTRATANTE (UASG)

980647

Prefeitura de Capixaba – Secretaria Municipal de Administração.

OBJETO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESTRUTURAIS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPIXABA, NO ÂMBITO DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA EMENDA PARLAMENTAR Nº202444990002, INSERIDA NO PLANO DE AÇÃO Nº09032024-65483/2024.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/12/2025 às 11h00m (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

sim

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação</p> <p align="center">PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC</p> <p align="center">EDITAL</p>	
---	---	---

Sumário

INFORMAÇÕES GERAIS.....	4
DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
DA FASE DE JULGAMENTO	12
DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES	16
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19
ANEXO I	21

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

Processo Administrativo nº 049.010.2025

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Sistema utilizado: <https://www.gov.br/compras/pt-br>



Prezado fornecedor, O Município de Capixaba – Acre, agradece seu interesse em participar deste certame e espera a sua melhor proposta para que você possa ser nosso fornecedor.

Torna-se público que a **Prefeitura de Capixaba**, por meio da Comissão Municipal de Contratação – CMC e Agente de Contratação designado pelo Decreto Municipal nº 105 de 01 de maio de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 14.015, pag. 124 de 07/05/2025, sediado à Avenida Gov. Edmundo Pinto, nº 861 – Centro, Capixaba - Acre, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a **Lei nº. Lei nº 14.133/2021 de 01 de abril de 2021** Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº. 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor e o **Decreto Municipal nº 0260/2023** aplicando se as exigências estabelecidas neste Edital.

Por fim, vale alertar que os horários indicados nesse **edital de procedimentos eletrônicos se referem ao horário de Brasília – DF**

Bons negócios!

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESTRUTURAIS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPIXABA, NO ÂMBITO DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 202444990002, INSERIDA NO PLANO DE AÇÃO Nº09032024-65483/2024**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A proposta deverá ser apresentada até às 10h00 (HORARIO DE BRASÍLIA) do dia 11/12/2025, no Portal de Compras do Governo Federal através no link <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 1.3. **Prazo para solicitar esclarecimentos e impugnar (item 2 do edital) o edital: 05/12/2025 às 23h59min. (Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, ou enviar pedidos de esclarecimentos.)**
- 1.4. A licitação será realizada em 06 (seis) itens.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 1.5. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema eletrônico no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet>
- 1.5.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas
- 1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 1.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 1.9. Não poderão disputar esta licitação:
- 1.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

1.9.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

1.9.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

1.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.9.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

1.9.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio*;

1.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.9.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).


1.10. O impedimento de que trata o item 1.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

1.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 1.9.2 e 1.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

1.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

1.13. O disposto nos itens 1.9.2 e 1.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

1.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

1.15. A vedação de que trata o item 1.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.16. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

1.17. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço por item, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

1.18. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens deste Edital.

1.19. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

1.19.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

1.19.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

1.19.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

1.19.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

1.20. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.21. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.21.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

1.21.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

1.22. A falsidade da declaração de que trata os itens 1.19 ou 1.21 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

1.23. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.24. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

1.25. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

1.26. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

1.26.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

1.26.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

1.27. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:


1.27.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

1.27.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

1.28. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 1.26 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

1.29. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

1.30. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1.31. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.31.1. *Valor unitário e total objeto desse certame.*

1.31.2. *Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.*

1.32. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

1.33. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

1.34. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

1.35. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

1.36. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.37. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.


1.38. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

1.38.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

1.38.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

1.38.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

1.39. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

1.40. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1.41. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital (Respeitando o horário oficial de Brasília – DF).

1.42. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.43. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contrata e os licitantes.

1.44. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

1.45. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item;

1.46. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

1.47. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

1.48. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,10 (dez centavos)*.

1.49. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

1.50. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

1.51. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

1.51.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

1.51.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

1.51.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

1.51.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

1.51.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

1.52. Neste certame será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”; onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

1.52.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de encerramento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

1.52.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

1.52.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

1.52.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

1.52.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

1.52.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

1.53. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

1.54. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

1.55. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

1.56. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

1.57. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

1.58. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

1.59. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

1.59.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

1.59.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

1.59.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

1.59.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

1.60. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

1.60.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

1.60.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

1.60.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

1.60.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



1.60.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

1.60.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1.60.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

1.60.2.2. empresas brasileiras;

1.60.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

1.60.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

1.61. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

1.61.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

1.61.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

1.61.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

1.61.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

1.61.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

1.62. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

1.63. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 1.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:


1.63.1. SICAF;

1.63.2. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP, link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

1.63.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

1.63.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

1.64. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

1.65. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

1.65.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

1.65.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

1.65.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

1.66. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

1.67. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 1.19 e 1.21 deste edital.

1.68. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

1.69. Será desclassificada a proposta vencedora que:

1.69.1. conter vícios insanáveis;

1.69.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

1.69.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;


1.69.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

1.69.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

1.70. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

1.71. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

1.71.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação</p> <p style="text-align: center;">PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC</p> <p style="text-align: center;">EDITAL</p>	
---	--	---

1.71.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

1.71.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

1.71.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

1.72. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

1.72.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

1.72.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

1.73. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

1.74. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).


1.74.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, no qual será consultado pelo agente de contratação/pregoeiro no momento do certame.

1.75. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

1.76. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

1.77. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

1.78. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

1.79. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

1.79.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

1.80. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

1.80.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

1.81. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

1.81.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas** podendo se prorrogável por igual período a critério, contado da solicitação do Agente de Contratação.

1.81.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

1.82. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

1.82.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

1.82.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

1.83. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

1.83.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

1.83.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

1.84. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

1.85. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 1.81.1.

1.86. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

1.87. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

1.88. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

1.89. Nos termos do art. 165, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente quanto ao julgamento das propostas e a ato de habilitação ou inabilitação de licitante, sendo concedido o prazo de 10 minutos, no sistema Comprasnet.gov.br, para que a manifestação ocorra.

1.90. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

1.90.1. *A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará na preclusão desse direito.*

1.91. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1.91.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

1.91.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

1.91.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

1.91.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

1.92. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

1.93. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.94. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

1.95. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

1.96. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.97. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

1.98. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet>

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

1.99. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

1.99.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;

1.99.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1.99.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

1.99.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

1.99.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

1.99.2.4. deixar de apresentar amostra;

1.99.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

1.99.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.99.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

1.99.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

1.99.5. fraudar a licitação

1.99.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



1.99.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

1.99.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

1.99.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

1.99.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

1.99.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

1.100. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 1.100.1. advertência;
- 1.100.2. multa;
- 1.100.3. impedimento de licitar e contratar e
- 1.100.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

1.101. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 1.101.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 1.101.2. as peculiaridades do caso concreto
- 1.101.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 1.101.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 1.101.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.102. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

- 1.102.1. Para as infrações previstas nos itens 1.99.1, 1.99.2 e 1.99.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 1.102.2. Para as infrações previstas nos itens 1.99.4, 1.99.5, 1.99.6, 1.99.7 e 1.99.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.


1.103. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

1.104. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

1.105. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 1.99.1, 1.99.2 e 1.99.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

1.106. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 1.99.4, 1.99.5, 1.99.6, 1.99.7 e 1.99.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1.99.1, 1.99.2 e 1.99.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

1.107. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 1.99.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

1.108. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

1.109. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.110. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

1.111. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.112. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1.113. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

1.114. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.115. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo e-mail:* cplcapixaba@gmail.com


1.116. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.116.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

1.117. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.118. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

1.119. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

1.120. **Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.**

1.121. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

1.122. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

1.123. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1.124. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

1.125. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

1.126. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

1.127. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal das Licitações no Sítio do Tribunal de contas do estado do Acre (LICON) ou no e-mail: cplcapixaba@gmail.com.

1.128. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.128.1. ANEXO I - Termo de Referência I e II

1.128.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar


1.128.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

1.128.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

1.128.4. ANEXO IV – (Declarações.)

Capixaba - Acre, 25 de novembro de 2025.

Douglas da Silva Nascimento
Agente de Contratação/Pregoeiro

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DADOS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 049.10.2025

Órgão demandante: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Responsável: LUANA D' OLIVEIRA NASCIMENTO, Secretária Municipal de Administração e Finanças.


2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

2.1. Objeto a ser contratado



O presente Termos de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender às demandas estruturais e operacionais da Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, no âmbito da **Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002**, inserida no **Plano de Ação nº 09032024-065483/2024**, conforme especificações contidas aqui.

2.2. Descrição detalhada do objeto

IT EM	DESCRIÇÃO	CATM AT	APR ES.	QUAN T.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Armário aço, acabamento superficial: pintura eletrostática, cor: cinza esmalte, quantidade portas:4 un, altura:2 m, largura:0,60 m, profundidade:0,42 m, características adicionais: fechamento com dispositivo para cadeado, marca similar W3.	614345	UNI D.	1	R\$ 1.580,00	R\$ 1.580,00

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação</p> <p align="center">PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC</p> <p align="center">EDITAL</p>	
---	---	---

02	Condicionador de ar , split hi-wall, compressor com rotação variável, capacidade de refrigeração nominal: 11.500 a 12.000 btu/h, ciclo: frio, 220 v, 60 hz, classe de eficiência energética "a", com controle remoto sem fio, marca similar Eletrolux.	458192	UNI D	3	R\$ 3.471,25	R\$ 10.413,7 5
03	Poltrona de auditório com assento rebatível, sem prancheta, estofado confeccionado em espuma injetada de alta densidade e resiliência, marca similar Frisokar.	293118	UNI D	30	R\$ 3.665,33	R\$ 109.960, 00
04	Desktop , windows 11 pro, memória de 8 GB, SSD DE R\$ 256GB Características: - Processador 18 MB cache, 6 cores, 12 threads, 3.00 ghz to 4.60 ghz Turbo, 65 W, - Windows 11 Pro, português (Brasil), - Placa de vídeo integrada, - Memória de 8 GB (1x8gb), DDR4, 3200mhz, - SSD de 256GB pcie nvme M.2 Classe 35, marca similar Dell.	469791	UNI D	1	R\$ 7.478,67	R\$ 7.478,67
05	Notebook; microcomputador portátil (notebook); Descrição Técnica do Notebook, com Processador: Processador com 4 núcleos físicos, 8 threads, frequência base de 2,4 ghz (ou superior), e tecnologia Turbo Boost. Memória RAM: GB DDR4, frequência mínima de 2666 mhz., armazenamento: Unidade SSD de 256 GB com interface SATA ou nvme. Tela: LED de 15,6 polegadas, resolução Full HD (1920x1080), com tratamento antirreflexo, placa Gráfica: Integrada com suporte à reprodução	478631	UNI D	1	R\$ 6.494,33	R\$ 6.494,33

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação</p> <p align="center">PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC</p> <p align="center">EDITAL</p>	
---	---	---



	de vídeos em alta definição, Conexões, marca similar Dell.					
06	Frigobar com pintura eletrostática a pó com alta resistência à corrosão; capacidade de armazenamento: no mínimo 122 litros; cor: branca; voltagem de 127v ou bivolt; prateleiras: prateleiras removíveis e retráteis; características: iluminação interna, pés niveladores, gaveta multiuso com a tampa aproveitável para armazenar e facilitar a organização, porta reversível e porta-latas; porta: reversível, de aço galvanizado, com pintura eletrostática a pó com alta resistência à corrosão; certificação: selo procel a; garantia: mínimo de 12 meses contados a partir da data de entrega, marca similar Eletrolux.	364197	UNI D	9	R\$ 2.165,00	R\$ 19.485,00
TOTAL					R\$	155.411,75

2.3 Valor médio total estimado ficou em torno de R\$ 155.411,75 (cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e onze reais e setenta e cinco centavos).

3. JUSTIFICATIVA PARA NÃO ESTABELECEER EXCLUSIVIDADE OU COTAS EXCLUSIVAS PARA ME/EPP NO CERTAME

3.1 A Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Capixaba, buscando garantir acima de tudo o sucesso na aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender às demandas estruturais e operacionais da Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, uma vez que se trata de aquisições indispensáveis no âmbito da **Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002**, inserida no **Plano de Ação nº 09032024-065483/2024**, por este motivo, entendemos não ser prudente e sensato aplicar o disposto no artigo 48 incisos I e II da Lei Complementar 123/2006, podendo acarretar prejuízo para administração, uma vez que sua aplicação implicaria na não participação de empresas de grande distribuidoras do objeto pretendido.

3.2 Desse modo, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças aplicará, na presente

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

licitação, o artigo 49, III da Lei Complementar 123/2006 e o art. 10, II do Decreto nº 8.538/2015, uma vez que, não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar, quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, que no presente caso, a desvantagem é a redução da competitividade do certame e uma menor economicidade na busca da proposta mais vantajosa, vislumbrando que poderá ocorrer uma possível lesividade a população, prejuízo à Administração Pública e ao conjunto do objeto caso os itens saiam com sobre preços ou até mesmo o fracasso dos itens licitados.

3.3 Ressaltando, no entanto, que todas as demais prerrogativas e benefícios as microempresas e empresas de pequeno porte estão preservadas no respectivo certame.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O presente documento está baseado em Estudo Técnico Preliminar constante no Processo Administrativo.

4.2. Legislação aplicável:

4.2.1. O presente Termo de Referência encontra-se fundamentado na **Lei Federal nº 14.133/2021** (Lei de Contratos e Licitações); **Lei 8.078/90** (Código de Defesa do Consumidor); **Lei 10.406/2002** (Código Civil); e **Decreto Municipal nº 260/2023**; **Lei nº 13.709/2018** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), bem como a **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação) e ainda **Lei Complementar nº 101/2000**; **Lei Complementar nº 123/2006** (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

4.3. Tipo de Licitação:

4.3.1. O tipo de Licitação deverá ser o **MENOR PREÇO POR ITEM**, obtido durante a disputa entre os fornecedores participantes do certame licitatório, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, conforme condições previstas neste instrumento.


4.3.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4.3.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto federal nº 10.818/21.

4.3.4. O Modo de disputa será: **ABERTO**, nos termos do art. 56, inciso I da Lei Federal 14.133/21.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Capixaba é o órgão responsável pela coordenação e execução das políticas de gestão administrativa, financeira e

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

patrimonial da Prefeitura, atuando de forma integrada com as demais secretarias e garantindo a eficiência e a transparência na aplicação dos recursos públicos.

5.2. Estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças os seguintes órgãos e unidades: Secretaria de Obras, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Cultura, Secretaria de Patrimônio, Gabinete do Prefeito, Comissão Municipal de Contratações (CMC), Departamento de Compras, além da supervisão administrativa e orçamentária da Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, especialmente no tocante à execução de recursos oriundos de emendas parlamentares.

5.3. Considerando que a presente Emenda Parlamentar nº 202444990002 é destinada à Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na condição de unidade gestora do recurso, é responsável por conduzir o processo de aquisição dos bens e assegurar a correta aplicação dos recursos transferidos, conforme o Plano de Ação nº 09032024-065483/2024.


5.4. A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender às demandas estruturais e operacionais da Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, no âmbito da Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002, Emenda de Comissão/Dep. Eduardo Velloso - Emenda 50230002, inserida no Plano de Ação nº 09032024-065483/2024.

5.5. A aquisição dos referidos bens tem como finalidade promover a modernização e o fortalecimento da infraestrutura administrativa da Câmara Municipal, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores, eficiência na execução das atividades legislativas e maior qualidade no atendimento à população.

5.6. Ressalta-se que o processo de contratação observará integralmente os princípios e diretrizes previstos na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, com observância dos princípios da legalidade, transparência, eficiência e economicidade.

5.7. O certame será realizado na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), que se mostra mais vantajoso por ampliar a participação de fornecedores de diferentes localidades, garantir maior competitividade e simplificar os trâmites administrativos, tornando o processo mais ágil e econômico.

5.8. O quantitativo e as especificações dos itens foram definidos com base nas necessidades apresentadas pela Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, em consonância com o Plano de Ação e as normas que regem a execução da Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

5.9. Dessa forma, a presente contratação se justifica pela necessidade de prover a Câmara Municipal de Capixaba com infraestrutura adequada, permitindo o aprimoramento de suas atividades legislativas e administrativas, o fortalecimento institucional e o cumprimento da destinação dos recursos parlamentares, garantindo o uso responsável e transparente dos recursos públicos.

5.10. Após a aquisição, os bens serão devidamente **inventariados e incorporados ao patrimônio do Município de Capixaba**, cabendo à Secretaria Municipal de Administração e Finanças efetuar a **cessão de uso à Câmara Municipal**, em conformidade com as normas de controle patrimonial e demais dispositivos legais aplicáveis.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Das obrigações do CONTRATANTE

6.1.1. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na qualidade de unidade gestora da Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002, observar o disposto no Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, e pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, que estabelece normas para execução, acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos oriundos de transferências da União, devendo realizar as consultas obrigatórias aos cadastros de impedimentos, a saber:

I – Cadastro de Empresas Inidôneas do Tribunal de Contas da União;

II – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União;


III – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

IV – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

6.1.2. Permitir o acesso dos representantes da contratada ao local de entrega e instalação dos equipamentos e materiais permanentes, em horário e condições previamente acordadas.

6.1.3. Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam ou instalem os bens sem autorização expressa da Administração.

6.1.4. Solicitar, sempre que necessário, a substituição ou reparação de equipamentos e materiais que apresentem defeitos, vícios ou estejam em desacordo com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

6.1.5. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, designando servidor responsável para o acompanhamento e conferência do recebimento dos bens, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.

6.1.6. Receber e conferir os bens entregues com base nas ordens de fornecimento, notas fiscais e especificações do processo licitatório.

6.1.7. Realizar o empenho da despesa correspondente e a liquidação dos materiais recebidos, observando a conformidade entre os bens entregues e o processo de contratação.

6.1.8. Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas devidamente atestadas, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos** após o recebimento definitivo dos bens, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.9. Notificar formalmente a contratada em caso de atraso na entrega, descumprimento de prazos ou irregularidades na execução contratual.

6.1.10. Aplicar as penalidades administrativas previstas em lei e no contrato, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

6.1.11. Fornecer todas as informações e esclarecimentos necessários ao bom cumprimento do contrato.

6.1.12. Publicar o contrato e eventuais aditivos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.13. Comunicar imediatamente à contratada qualquer defeito ou irregularidade constatada após o recebimento dos bens.

6.1.14. Assegurar que, após o recebimento definitivo, os equipamentos e materiais sejam devidamente incorporados ao patrimônio do Município de Capixaba, com cessão de uso à Câmara Municipal de Vereadores, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032024-065483/2024.

6.2. Das obrigações da CONTRATADA

6.2.1. Entregar os equipamentos e materiais permanentes no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Licitação, observando rigorosamente as especificações técnicas aprovadas.

6.2.2. Garantir que todos os produtos sejam novos, originais, de primeira linha e estejam em conformidade com as normas da ABNT ou certificações equivalentes, quando aplicável.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

6.2.3. Responsabilizar-se integralmente por perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos.

6.2.4. Corrigir, substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer bem que apresente defeito de fabricação, vício oculto ou divergência em relação às especificações contratadas, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** corridos após a notificação.

6.2.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.

6.2.7. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

6.2.8. Garantir a integridade dos bens até o recebimento definitivo, responsabilizando-se por eventuais danos durante o transporte, descarga ou instalação.

6.2.9. Fornecer manual de uso, certificado de garantia e demais documentos técnicos relativos aos equipamentos e materiais permanentes entregues.

6.2.10. Assegurar que os equipamentos tenham garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados do recebimento definitivo, e que durante esse período sejam realizadas, sem ônus, eventuais correções, reparos ou substituições necessárias.

6.2.11. Comunicar por escrito à Administração quaisquer ocorrências que possam comprometer a entrega ou o cumprimento das obrigações contratuais.

6.2.12. Manter atualizados, durante a vigência do contrato, seu endereço, telefone, e-mail e dados de seu representante legal.

6.2.13. Cumprir integralmente as determinações do fiscal do contrato e as normas de segurança aplicáveis ao fornecimento e instalação dos bens.

6.2.14. Proibir expressamente a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo autorização prévia e expressa da Administração.

6.3. Outras disposições

6.3.1. A Administração deverá emitir decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

6.3.2. O prazo para decisão administrativa será de até **30 (trinta) dias**, prorrogável por igual período mediante justificativa formal.

6.3.3. Por se tratar de contratação custeada com recursos públicos oriundos de Transferência Especial, a contratada fica obrigada a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis referentes à execução do contrato, aos órgãos de controle interno e externo, conforme o art. 35, inciso XXIII, alínea “a”, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

6.3.4. O contrato deverá ser executado fielmente por ambas as partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com a Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3.5. Quando aplicável, a contratada deverá observar as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da previdência social e aprendizes, conforme legislação vigente.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Como qualificação técnica, a empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, a seguinte documentação:



7.1.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por empresa pública ou privada, comprovando que a licitante forneceu equipamentos e materiais permanentes com características semelhantes às especificadas neste Termo de Referência, bem como prestou a devida assistência técnica durante o período de garantia.

7.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser impresso(s) em papel timbrado, contendo nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de internet ou declarações sem comprovação, devendo ainda atestar a satisfação com os produtos fornecidos pela licitante.

7.1.3. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA: Apresentar, expressamente, no momento da habilitação para este certame, por meio de declaração emitida pelo fabricante dos equipamentos e/ou materiais, ou qualquer outro documento oficial do fabricante, que possui assistência técnica autorizada com endereço no Estado do Acre.

7.1.4. O **prospecto e/ou catálogo** do equipamento ou material ofertado, contendo todas as especificações técnicas do item, deverá ser inserido na habilitação da licitante para análise e conferência, em conformidade com as exigências do edital. A não observância do atendimento dos itens ofertados implicará na **desclassificação do item**, por não atender às especificações técnicas exigidas.

8. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO, VALIDADE DA ATA E DO CONTRATO

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

8.1. A licitação será realizada na modalidade de **Pregão Eletrônico**, pelo **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, conforme arts. 28, I e 78, IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 260/2023.

8.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 260/2023.

8.3. A validade do contrato é de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado até o limite previsto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. A duração dos contratos será a prevista em edital, devendo-se observar, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro (Art. 105 da Lei nº 14.133/2021).

8.5. A substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, **não** altera as regras aplicáveis aos contratos administrativos, inclusive quanto aos acréscimos, supressões e reequilíbrio econômico-financeiro.

8.6. Em caso de substituição do instrumento de contrato, as regras sobre aplicação de penalidade, em especial a forma de cálculo da multa, serão aquelas previstas no edital ou termo de referência.

8.7. Durante a vigência da contratação, o contratado deverá manter todas as condições de habilitação, devendo informar à Administração qualquer alteração de sua situação, sob pena de infração equiparada a declaração falsa, com correspondente sanção.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO


9.1. Não será admitida subcontratação, pois o objeto não comporta execução complexa que exija a participação de terceiros, sendo integralmente de responsabilidade da licitante vencedora.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1.1. Os equipamentos e materiais permanentes deverão ser **novos**, entregues em perfeito estado de conservação, sem defeitos, e devidamente protegidos durante o transporte, garantindo a integridade e preservação de todos os itens.

10.1.2. A avaliação da qualidade dos equipamentos e materiais será realizada por pessoa designada pela Administração, verificando o atendimento integral às especificações técnicas aprovadas.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

10.1.3. Deverão ser fornecidos os respectivos manuais de operação, manutenção e certificados de garantia, atendendo às normas técnicas e de segurança aplicáveis, bem como às exigências de preservação e uso definidas pelo Município de Capixaba.

10.1.4. Toda entrega será acompanhada pelo servidor responsável pelo recebimento, assim como o Departamento de Compras que atestará a conformidade dos bens com as ordens de fornecimento e o Termo de Referência, antes da aceitação definitiva.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1.1. Os equipamentos e materiais permanentes deverão ser **novos**, entregues em perfeito estado de conservação, sem defeitos, e devidamente protegidos durante o transporte, garantindo a integridade e preservação de todos os itens.

11.1.2. A avaliação da qualidade dos equipamentos e materiais será realizada por pessoa designada pela Administração, verificando o atendimento integral às especificações técnicas aprovadas.

11.1.3. Deverão ser fornecidos os respectivos manuais de operação, manutenção e certificados de garantia, atendendo às normas técnicas e de segurança aplicáveis, bem como às exigências de preservação e uso definidas pelo Município de Capixaba.


11.1.4. Toda entrega será acompanhada pelo servidor responsável pelo recebimento, que atestará a conformidade dos bens com as ordens de fornecimento e o Termo de Referência, antes da aceitação definitiva.

11.1.5. Os equipamentos e materiais permanentes requisitados deverão apresentar **garantia de fábrica**, abrangendo todos os componentes, peças e acessórios, em conformidade com as disposições atuais do mercado e normas técnicas aplicáveis.

11.1.6. Os bens permanentes deverão ser entregues para apreciação dos materiais aos fiscais designados, ao representante do Departamento de Compras e à Secretaria de Patrimônio, com todas as características e especificações de cada item, garantindo que não apresentem defeitos durante o transporte até as dependências ou outro local indicado pela Administração.

11.1.7. A **Nota Fiscal** correspondente será certificada somente após a verificação do perfeito funcionamento dos equipamentos e materiais, bem como a entrega de toda a documentação técnica completa. A partir desta data, iniciará a contagem do período de garantia.

11.1.8. Os bens permanentes deverão ser entregues com toda a documentação exigida, incluindo certificados de garantia, manuais de operação e manutenção, e quaisquer outros documentos

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

relacionados, sendo de responsabilidade da contratada todos os encargos decorrentes do transporte, tributos e demais despesas incidentes, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

11.2. Prazo de Entrega

11.2.1. O prazo de entrega dos equipamentos e materiais permanentes será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento/entrega e no local especificado na mesma. Este prazo poderá ser prorrogado mediante acordo entre o fornecedor e a administração, desde que haja justificativa fundamentada e comunicação prévia formal.

11.2.2. Caso não seja possível a entrega na data estipulada, a empresa deverá comunicar as razões com pelo menos **48 horas de antecedência**, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

11.3. Responsabilidades da Contratada

11.3.1. A empresa deverá arcar com eventuais equívocos no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementar os itens caso o previsto inicialmente não seja suficiente para atender ao objeto da licitação.

11.3.2. A empresa deverá atender prontamente às solicitações e reclamações sobre a qualidade dos bens fornecidos.


11.3.3. É de responsabilidade da empresa o cumprimento integral dos prazos estabelecidos e de todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

11.3.4. Os bens deverão ser entregues em perfeitas condições, com prazo de validade compatível com o tempo de utilização, conforme especificações, prazos e local indicados no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados de nota fiscal.

11.3.5. Fica a cargo da empresa o transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento quando necessário, sendo de sua responsabilidade exclusiva reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os bens não aceitos por vícios, defeitos, incorreções ou problemas identificados durante o prazo de garantia, sem que haja qualquer dever da Administração de realizar correções ou substituições.

11.4. Qualidade e Segurança dos Materiais

11.4.1 Os equipamentos e materiais permanentes deverão ser entregues dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança e desempenho, novos, em perfeito estado, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

11.4.2 É da empresa a responsabilidade exclusiva pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)**, ficando a Administração contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à contratada o valor correspondente aos danos sofridos.

11.4.3 A empresa contratada deverá estar apta a iniciar o fornecimento do objeto no prazo especificado neste Termo de Referência, conforme a ordem de entrega ou emissão da nota de empenho.

11.4.4 A marca dos materiais/bens informada na proposta de preço integra a especificação do produto, sendo obrigatória a entrega com a mesma marca constante na cotação, salvo se a empresa contratada apresentar justificativa fundamentada à Administração, demonstrando a necessidade de substituição por marca e modelo de qualidade superior ou equivalente, sem ônus para a Administração.

11.4.5 A empresa deverá ofertar os materiais em conformidade com as discriminações constantes neste Termo de Referência, sem defeitos ou avarias, observando todas as normas e exigências do **Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90)** e demais legislações aplicáveis.

11.4.6 A quantidade de materiais permanentes a ser adquirida será fornecida de forma integral, conforme estabelecido na ordem de entrega.

11.4.7 A Administração contratante pagará à empresa contratada somente pelos materiais efetivamente fornecidos e em conformidade com as requisições expedidas.

11.4.8 O prazo indicado no subitem **9.2** poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, e devidamente aceita pela Administração.

11.5. DO LOCAL DA ENTREGA

11.5.1. A empresa vencedora deverá entregar os bens permanentes na Avenida Edmundo Pinto, **n.º 1560, Bairro Centro, CEP: 69.931-000**, de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 17h, sendo a entrega acompanhada pelo fiscal do contrato, pelo representante do Departamento de Compras e da Secretaria de Patrimônio, para emissão de documento de recebimento do objeto, no qual será atestada a conformidade dos materiais com as especificações exigidas e pactuadas no processo licitatório, conforme ordem de entrega previamente informada.

11.5.2. Caso haja mudança de endereço para a entrega dos materiais, esta será informada na ordem de entrega.

11.6. DA GARANTIA

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

11.6.1. O prazo de garantia dos equipamentos e materiais permanentes será aquele estabelecido na **Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)**, devendo a contratada realizar, durante este período, quaisquer correções, substituições ou reparos necessários, sem ônus para a Administração.

11.6.2. A contratada deverá conceder um mínimo de **12 (doze)** meses de garantia para os equipamentos e materiais permanentes. Para componentes sujeitos a desgaste natural ou consumíveis específicos, a garantia será a legal, prevista no **Código de Defesa do Consumidor**, acrescida da garantia complementar do fabricante, quando aplicável.

11.6.3. Os equipamentos e materiais permanentes deverão ser certificados e estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas pertinentes aos itens, sempre que aplicável.

11.7. A empresa deverá cumprir os prazos e demandas estabelecidas pelo **CONTRATANTE**, sob pena de responder às sanções previstas na legislação pertinente. Durante o transcurso do prazo de entrega, este poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da contratada, e devidamente aceita pelo contratante.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.4. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DOS CONTRATOS

12.4.1. O órgão ou entidade demandante será responsável pela designação formal do gestor do contrato e dos agentes públicos que atuarão como fiscais e suplentes.

12.4.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

12.4.3. O gestor do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam atendidas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

12.4.4. O gestor dos contratos anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, adotando as providências necessárias à regularização de faltas ou defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

12.4.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato de fornecimento de equipamentos e materiais permanentes.

12.4.6. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando as providências necessárias para a regularização de eventuais falhas, vícios ou divergências nos materiais entregues.

12.4.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil, sobre qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência, especialmente no que se refere à entrega, qualidade e conformidade dos equipamentos e materiais permanentes.

12.4.8. Verificada cobrança indevida ou divergência nos valores unitários ou totais relativos aos equipamentos e materiais permanentes, o pagamento correspondente deverá ser glosado proporcionalmente, assegurada a prévia manifestação da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.4.9. No caso de utilização de comunicação por instrumentos eletrônicos de mensagens, deverá ser informada à contratada a conta a ser utilizada na comunicação entre fiscal e preposto, sendo preferencial a funcionalidade de comprovante automático de recebimento. As informações relevantes deverão ser juntadas ao processo de gestão e fiscalização.

12.4.10. Na hipótese de contratação de terceiro para auxiliar na fiscalização, deverão ser observadas as seguintes regras:



I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e integridade das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuições típicas de fiscal do contrato;

II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

13. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

13.1. DO RECEBIMENTO

13.1.1. Os bens permanentes serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da contratada.

13.1.2. Os bens permanentes poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência ou da proposta, devendo ser substituídos pela contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

13.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos bens permanentes e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à quantidade, qualidade ou conformidade dos bens permanentes, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, bem como o disposto no **Decreto Municipal nº 260/2023**, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da entrega, para efeito de liquidação e pagamento.

13.1.6. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto que ensejaram a glosa da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração e previamente comunicadas, não será computado para efeito do prazo de recebimento definitivo.


13.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela integridade, funcionamento e segurança dos bens permanentes, nem sua responsabilidade ética e profissional pela perfeita execução do contrato.

13.2. DA LIQUIDAÇÃO

13.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

13.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o **inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021**.

13.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventuais descontos ou retenções tributárias cabíveis.

13.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a sua regularização, sem ônus para a Administração.

13.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021**, aplicada à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

13.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**).


13.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias** úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.2.10. Havendo a efetiva entrega dos equipamentos e materiais permanentes, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.3. PRAZO DE PAGAMENTO

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

13.3.1. O pagamento ocorrerá **em até 30 (trinta) dias**, contados da data do adimplemento da obrigação pelo contratado, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado.

13.3.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

13.3.3. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual, será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa dos equipamentos ou materiais entregues.

13.3.4. Caso o contratado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.

13.3.5. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação ou substituição, e os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

13.3.6. Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores correspondentes serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

13.3.7. O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual irregularidade no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.


13.3.8. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária, considerando os dias de atraso até a data do efetivo pagamento, contados de forma corrida, ou outro índice que venha a substituí-lo, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

- **I** = Índice de atualização financeira;
- **TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- **EM** = Encargos moratórios;
- **N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- **VP** = Valor da parcela em atraso.

13.3.9. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

13.3.10. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

13.3.10.1. A multa será descontada do valor total do respectivo contrato;
13.3.10.2. Se o valor da multa for superior ao valor devido pela entrega dos equipamentos ou materiais permanentes, responderá o contratado pela diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.4. FORMA DE PAGAMENTO

13.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.4.5. O contratado regularmente optante pelo **Simples Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.5. DA CESSÃO DE CRÉDITO

13.5.1. Não será admitida a cessão de crédito.

13.6. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

13.6.1. Os contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos (art. 124 da Lei 14.133/2021):

I - Unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - Por acordo entre as partes:

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução contratual como pactuada, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13.6.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

13.6.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I, não poderão transfigurar o objeto da contratação.

13.6.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (art. 131 da Lei 14.133/2021).

13.6.5. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.6.6. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados. (Art. 134 da Lei nº 14.133/2021).

13.6.7. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

13.7. DO REAJUSTE

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

13.7.1. O preço será reajustado, de ofício, pelo contratante, conforme variação do IPCA após 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado. (art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021).

13.7.2. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices já disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

13.7.3. O reajuste de valores, correspondentes às parcelas do objeto entregues ou prestadas após o prazo original, será concedido apenas quando não configurado atraso.

13.7.4. A formalização do reajuste será realizada por apostilamento contratual.

13.7.5. Caso o valor do contrato seja alterado em razão da concessão de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível, do qual decorra o reequilíbrio geral do valor do contrato, inclusive relacionado a perdas inflacionárias, a data-base para o próximo reajuste contratual passará a ser a data de início dos efeitos do reequilíbrio concedido.

14. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído com:

I - o número do contrato ou da ata de registro de preços a que se refere;

II - o item ou lote ou parte dos quais é solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro;

III - a justificativa do desequilíbrio econômico-financeiro contratual;

IV - a diferença percentual solicitada no reequilíbrio econômico-financeiro por item e/ou lote;

V - os documentos que comprovem o custo suportado pelo contratado quando da formulação da proposta, da assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou da emissão da primeira Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento e o custo suportado quando do protocolo do requerimento de reequilíbrio econômico financeiro, como notas fiscais, orçamentos obtidos junto aos fornecedores do contratado, tabelas de referência do setor, entre outros.

14.2. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não suspenderá a execução contratual no curso do prazo para julgamento, salvo se o gestor do contrato conceder o efeito suspensivo.

14.3. Quando o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro se referir a um item individual que compõe o custo total do produto ou serviço, deverá ser apresentada planilha detalhada, confrontando o custo de cada item constante da proposta inicial com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular proporcionada à majoração do insumo requerido.

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

14.4. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido.

14.5. A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro terá efeitos a partir da data do fato gerador, não sendo reconhecido, em hipótese alguma, o saldo contratual entre a data-base para reajuste contratual para a data de início dos efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro concedido.

14.6. Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

14.7. Nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratante, será apresentado ao contratado memória de cálculo com o decréscimo de valor, com proposição de redução do contrato, que deverá ser realizada por acordo entre as partes.

14.8. Na hipótese de não ser possível o acordo entre as partes, o contrato será rescindido, sem ônus para nenhuma das partes.

14.9. Caberá recurso administrativo da decisão de mérito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação da decisão.

14.10. Os Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações (art. 136, da Lei 14.133/2021):

I - Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;


III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - Empenho de dotações orçamentárias.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

15.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

15.1.1. O fornecedor será selecionado via PREGÃO na forma ELETRÔNICA pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, obtido durante a disputa entre os participantes;

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

15.1.2. Não será permitida a participação de cooperativas, tendo em vista a incompatibilidade com o objeto ao qual se pretende licitar.

15.1.3. Em todo o caso, obrigatoriamente, devem ser observados os requisitos estabelecidos no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em que não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresas da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratada, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;


e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

15.1.4. Não será permitida a participação de entidades empresariais reunidas em consórcio, em razão do objeto a ser licitado exigir que as empresas sejam especializadas no ramo, e pelo fato de que a execução integral do objeto é comumente oferecida no mercado, não sendo necessária a adoção dessa medida como instrumento apto a ampliar a competitividade em face das peculiaridades do objeto e do mercado em que ele se insere.

15.2. Forma de fornecimento

15.2.1. O fornecimento ocorrerá de forma única, pelo regime de preço unitário por item, conforme estipulado na ordem de fornecimento/entrega.

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

15.3. Exigências de habilitação

15.3.1. Para fins de habilitação, deverá o pretendo fornecedor comprovar os seguintes requisitos, por meio de documentos acompanhados de todas as atualizações, alterações e respectivas averbações, que comprovem sua capacidade de fornecer equipamentos e materiais permanentes para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

15.3.1.1. Habilitação jurídica

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente com validade em todo território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, na Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja autenticidade será verificada em gov.br;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento dos administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da sede ou domicílio, com agência, sucursal ou estabelecimento no Brasil, conforme IN DREI/ME n.º 81/2020;

f) Sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da sede, acompanhada de documentos dos administradores;


g) Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da matriz e da filial, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial, com averbação na matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata de aprovação, arquivada na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e registro conforme art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

15.3.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso;

b) Certidão conjunta de regularidade fiscal (Receita Federal e PGFN), referente a tributos federais e Dívida Ativa da União, inclusive Seguridade Social (Portaria Conjunta nº 1.751/2014);

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

- c) Prova de regularidade com o FGTS;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, CLT, Decreto-Lei nº 5.452/1943);
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal do domicílio ou sede, compatível com fornecimento de equipamentos e materiais permanentes;
- f) Prova de regularidade fiscal com Fazenda Estadual ou Municipal, relativa à atividade contratual;
- g) Se isento de tributos estaduais ou municipais, comprovar mediante declaração oficial;
- h) Microempreendedores individuais que desejam os benefícios da LC nº 123/2006 estão dispensados da prova de inscrição estadual ou municipal;
- i) Cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal: proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

15.4. Habilitação econômico-financeira

15.4.1 A habilitação econômico-financeira demonstra a capacidade do fornecedor de cumprir obrigações relacionadas à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Secretaria de Administração e Finanças.

15.4.1.1 Deverá ser comprovada mediante:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultados e demais demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

15.5. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração assinada por contador habilitado, atestando o atendimento aos índices econômicos previstos no edital;

15.5.2. É vedada a exigência de valores mínimos de faturamento, rentabilidade ou lucratividade;

15.5.3. É admitida a relação de compromissos assumidos que diminuam a capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas;

15.5.4. Para compras futuras e execução de obras/serviços, a Administração poderá exigir capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a até 10% do valor estimado da contratação;

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação</p> <p align="center">PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC</p> <p align="center">EDITAL</p>	
---	---	---

15.5.5. É vedada a exigência de índices ou valores não usuais para avaliação da capacidade econômico-financeira;

15.5.6. Se a empresa tiver menos de 2 anos de constituição, os documentos do subitem “a” se limitarão ao último exercício.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O custo médio total estimado da contratação para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e destinada a Câmara Municipal de Vereadores no Município de Capixaba – Acre, no âmbito da Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002 será de **R\$ 155.411,75 (cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e onze reais e setenta e cinco centavos).**

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 Nos termos da Lei nº 14.133/2021, na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

18. ANÁLISE DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

18.1. Na contratação, os principais riscos a serem considerados são:

- atraso na entrega dos equipamentos e materiais permanentes;
- aquisição de itens que não atendam às especificações, quantidades, preços e qualidade necessários para o uso pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- falta de pessoal para acompanhamento, fiscalização e instrução adequada da execução contratual;
- possibilidade de inexecução parcial ou total do contrato.

18.2. Para mitigação desses riscos, propõe-se:

- realização de reuniões prévias com os fornecedores para alinhar prazos e entregas;
- exigência de comprovação da qualificação técnica do fornecedor para atender a demanda da Secretaria, observando quantidade, qualidade e preço ofertado;
- aplicação de penalidades contratuais, inclusive multas, em caso de descumprimento;
- acompanhamento constante do fornecimento e entrega dos bens permanentes.

19. DA DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

19.1. Na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, durante a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou prometer vantagem, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa, nem se

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

comprometer a aceitar qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira ou benefício de qualquer espécie que configure prática ilegal ou de corrupção, em relação à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

19.2. A obrigação de observar essas regras se estende a todos os prepostos e colaboradores do contratado, garantindo estrita observância à legislação pertinente durante a execução do objeto.

20. INFRAÇÕES E PENALIDADES

20.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.1.1 As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções (art. 156 e §§ 1º a 5º da Lei Federal nº 14.133/2021):

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



20.2.2. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I da subcláusula 17.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.2.3. A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Capixaba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.2.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 155, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

20.4. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município de Capixaba, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

20.5. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.


20.6. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

20.7. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município de Capixaba poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

20.8. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

20.9. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, conforme quadro atualizado para o Município de Capixaba:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
a) Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Capixaba	6 meses
b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Capixaba	12 meses
c) Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Capixaba	18 meses
d) Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
e) Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

20.10. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.11. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.12. Os atos previstos como infrações administrativas na legislação vigente e aplicável no presente Processo Administrativo, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

20.13. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

20.14. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.


20.15. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

V - manifestação do órgão jurídico, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos nos incisos deste item.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da participação e da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação, considerando-se especificamente a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no âmbito da **Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002**.

21.2. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas no Decreto Municipal nº 260/2023, na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 10.406/2002 – Código Civil, demais normas aplicáveis e princípios gerais dos contratos, sempre observando a finalidade e os objetivos específicos desta contratação.

22. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

22.1. Eu, **Luana D' Oliveira Nascimento**, Secretária Municipal de Administração e Finanças, aprovo o presente Termo de Referência, tendo em vista que o mesmo foi elaborado de forma conveniente e oportuna para atender a demanda da **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**, no âmbito da aquisição de equipamentos e materiais permanentes vinculados à **Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002**.

	<p>Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação</p> <p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC</p> <p>EDITAL</p>	
---	---	---

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

NÚMERO DO PROCESSO: Nº 049.10.2025

2. OBJETO:

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender às demandas estruturais e operacionais da Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, no âmbito da **Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002**, inserida no **Plano de Ação nº 09032024-065483/2024**, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

2.2. Os bens serão adquiridos com o objetivo de modernizar e fortalecer a infraestrutura administrativa da Câmara Municipal, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores, eficiência na execução das atividades legislativas e melhor atendimento à população.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
<i>Secretaria Municipal de Administração e Finanças</i>	<i>Luana D' Oliveira Nascimento</i>

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1. Este Estudo Técnico Preliminar visa justificar a aquisição dos bens permanentes destinados à Câmara Municipal de Capixaba, sob gestão da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em conformidade com a execução da Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002.

4.2. A necessidade decorre da insuficiência e obsolescência dos equipamentos atualmente disponíveis, comprometendo o desempenho das atividades legislativas e administrativas do Poder Legislativo Municipal.

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

4.3. A aquisição proporcionará melhores condições de trabalho, segurança e eficiência administrativa, promovendo o fortalecimento institucional e a adequada aplicação dos recursos públicos transferidos.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Critérios de Sustentabilidade

Atendendo ao artigo 5º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, os bens deverão:

- Ser compostos, preferencialmente, por materiais recicláveis ou biodegradáveis;
- Observar requisitos ambientais para certificação INMETRO ou ABNT;
- Ser acondicionados em embalagens recicláveis e de menor impacto ambiental.

5.2. Obrigações da Contratada

A contratada deverá:

- Entregar os equipamentos em perfeitas condições, de acordo com o Termo de Referência e a nota de empenho;
- Garantir que todos os produtos sejam novos, originais e de primeira linha;
- Cumprir integralmente as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- Assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses e assistência técnica no Estado do Acre.

5.3. Critérios de Capacidade Técnica

As empresas deverão apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando fornecimento de bens similares aos especificados, em conformidade com o Termo de Referência.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Foi realizada pesquisa junto a fornecedores e editais de licitação de órgãos públicos para identificar soluções tecnicamente adequadas e economicamente vantajosas.

6.2. O levantamento indicou ampla disponibilidade de fornecedores capacitados e que os itens são considerados de natureza comum, conforme o art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021.

6.3. As alternativas analisadas foram:

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

- **Solução 1 – Adesão a Ata Vigente:** Não identificadas atas compatíveis que contemplem integralmente as especificações dos itens.
- **Solução 2 – Pregão Eletrônico:** Modalidade mais adequada, considerando a transparência, celeridade e competitividade.
- **Solução 3 – Dispensa de Licitação:** Inviável devido ao valor total estimado, acima do limite legal do art. 75, II da Lei 14.133/2021.

Conclusão: A modalidade de **Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item**, é a solução técnica e economicamente mais vantajosa.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução consiste na aquisição de 06 (seis) itens de materiais e equipamentos permanentes, conforme especificações técnicas aprovadas e quantitativos definidos pela Câmara Municipal de Capixaba, com entrega no endereço indicado pela Administração.

7.2. O fornecimento incluirá transporte, instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses, observando integralmente o Termo de Referência.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS



8.1 Fundamentação da Estimativa

O Documento de Formalização da Demanda (DFD) identificou a necessidade de aquisição de **06 (seis)** itens de equipamentos e materiais permanentes, destinados à Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, no âmbito da **Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002**, inserida no **Plano de Ação nº 09032024-065483/2024**.

A definição das quantidades e especificações foi realizada com base em levantamento técnico elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, considerando:

- **Necessidades específicas da Câmara Municipal:** foram analisadas as demandas estruturais e operacionais apresentadas pelo Poder Legislativo, com foco na modernização do espaço físico e no fortalecimento das condições de trabalho dos servidores;
- **Condições atuais dos bens existentes:** constatou-se a necessidade de substituição de equipamentos obsoletos ou inoperantes, cujas características técnicas já não atendem aos padrões mínimos de desempenho e eficiência;
- **Adequação à execução orçamentária e financeira da Transferência Especial:** observando o limite dos recursos disponibilizados e a destinação específica definida no Plano de Ação.

8.2 Critérios Utilizados na Definição das Quantidades

	<p align="center"> Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL </p>	
---	---	---

A estimativa foi construída com base em critérios técnicos, funcionais e econômicos, garantindo a proporcionalidade entre as necessidades da Câmara e a disponibilidade orçamentária, observando-se:

- **Levantamento de dados e histórico de uso:** análise das demandas anteriores e do consumo de bens similares em exercícios passados, assegurando a adequação da quantidade de itens;
- **Planejamento e priorização:** alinhamento das aquisições com as metas de modernização e melhoria da infraestrutura legislativa, priorizando os itens de maior impacto na execução das atividades parlamentares;
- **Racionalização e sustentabilidade:** projeção de uso eficiente dos equipamentos, com foco na durabilidade, manutenção e redução de custos operacionais;
- **Compatibilidade técnica:** adequação das especificações às normas técnicas vigentes e à necessidade de padronização dos equipamentos no ambiente administrativo da Câmara.

8.3 Conclusão

8.3.1 A Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas foi elaborada de forma criteriosa, com base em informações concretas, estudos comparativos e parâmetros técnicos, assegurando que a aquisição dos bens atenderá integralmente às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, conforme previsto na **Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002** e no **Plano de Ação nº 09032024-065483/2024**.

8.3.2 O quantitativo proposto está devidamente compatível com os valores previstos para execução no âmbito da Transferência Especial, garantindo a modernização da infraestrutura administrativa, a execução eficiente das atividades legislativas e o uso responsável dos recursos públicos federais transferidos.

8.3.2.1 abaixo, encontra-se as descrições e quantitativos consolidados:


ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	APRES.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Armário aço, acabamento superficial: pintura eletrostática, cor: cinza esmalte, quantidade portas:4 un, altura:2 m, largura:0,60 m, profundidade:0,42 m, características adicionais: fechamento com dispositivo para	614345	UNID.	1	R\$ 1.580,00	R\$ 1.580,00

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação</p> <p style="text-align: center;">PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC</p> <p style="text-align: center;">EDITAL</p>	
---	--	---

	cadeado, marca similar W3.					
02	Condicionador de ar , split hi-wall, compressor com rotação variável, capacidade de refrigeração nominal: 11.500 a 12.000 btu/h, ciclo: frio, 220 v, 60 hz, classe de eficiência energética "a", com controle remoto sem fio, marca similar Eletrolux.	458192	UNID	3	R\$ 3.471,25	R\$ 10.413,75
03	Poltrona de auditório com assento rebatível, sem prancheta, estofado confeccionado em espuma injetada de alta densidade e resiliência, marca similar Frisokar.	293118	UNID	30	R\$ 3.665,33	R\$ 109.960,00
04	Desktop , windows 11 pro, memória de 8 GB, SSD DE 256GB Características: - Processador 18 MB cache, 6 cores, 12 threads, 3.00 ghz to 4.60 ghz Turbo, 65 W, - Windows 11 Pro, português (Brasil), - Placa de vídeo integrada, - Memória de 8 GB (1x8gb), DDR4, 3200mhz, - SSD de	469791	UNID	1	R\$ 7.478,67	R\$ 7.478,67

	Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL	
---	---	---

	256GB pcie nvme M.2 Classe 35, marca similar Dell.					
05	Notebook; microcomputador portátil (notebook); Descrição Técnica do Notebook, com Processador: Processador com 4 núcleos físicos, 8 threads, frequência base de 2,4 ghz (ou superior), e tecnologia Turbo Boost. Memória RAM: GB DDR4, frequência mínima de 2666 mhz., armazenamento: Unidade SSD de 256 GB com interface SATA ou nvme. Tela: LED de 15,6 polegadas, resolução Full HD (1920x1080), com tratamento antirreflexo, placa Gráfica: Integrada com suporte à reprodução de vídeos em alta definição, Conexões, marca similar Dell.	478631	UNID	1	R\$ 6.494,33	R\$ 6.494,33
06	Frigobar com pintura eletrostática a pó com alta resistência à corrosão; capacidade de armazenamento: no mínimo 122 litros; cor: branca; voltagem de 127v ou bivolt;	364197	UNID	9	R\$ 2.165,00	R\$ 19.485,00

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação</p> <p align="center">PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC</p> <p align="center">EDITAL</p>	
---	---	---



	prateleiras: prateleiras removíveis e retráteis; características: iluminação interna, pés niveladores, gaveta multiuso com a tampa aproveitável para armazenar e facilitar a organização, porta reversível e porta-latas; porta: reversível, de aço galvanizado, com pintura eletrostática a pó com alta resistência à corrosão; certificação: selo procel a; garantia: mínimo de 12 meses contados a partir da data de entrega, marca similar Eletrolux.					
TOTAL					R\$	155.411,75

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor médio total estimado ficou em torno de **R\$ 155.411,75 (cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e onze reais e setenta e cinco centavos)**.

9.1 Após pesquisa de mercado, realizado conforme a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de julho de 2021, o valor estimado da contratação foi de **R\$ 155.411,75 (cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e onze reais e setenta e cinco centavos)**, com reflexo para o orçamento de 2025.

9.2 A aquisição contempla 06 itens distintos, cada um com especificações e características técnicas diversas, resultando em uma variação significativa de preços. Esses itens são fundamentais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no âmbito da Transferência Especial da Emenda Parlamentar 202444990002, inserida no Plano de Ação 09032024-065483/2024, garantindo a continuidade e melhoria dos serviços exercidos.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

9.3 Esta estimativa foi elaborada com base nas quantidades previstas para atender às necessidades já evidenciadas acima, considerando interdependências com outras contratações correlatas, de modo a possibilitar economia de escala, em conformidade com o art. 18, IV e VI, da Lei nº 14.133/21, que prevê a necessidade de estimativas das quantidades, memórias de cálculo e preços unitários referenciais, acompanhados dos documentos que lhes dão suporte.

9.4 Considerando que a gestão atual não possui registros de contratações ou ações anteriores relacionadas ao objeto em questão, não foi possível estabelecer memórias de cálculo históricas para subsidiar a estimativa de quantidades e preços unitários referenciais.

9.5 Todavia, os parâmetros adotados basearam-se em levantamentos técnicos, pesquisas de mercado atualizadas e consultas a processos similares de outros entes públicos, garantindo a consistência, transparência e fundamentação técnica necessária à presente contratação.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1 O inciso II do § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021 prevê o parcelamento como forma de promover a competitividade entre as empresas e assegurar a economicidade à Administração Pública.

No presente caso, optou-se por não realizar o parcelamento, uma vez que os itens a serem adquiridos possuem natureza complementar e interdependente, devendo ser fornecidos de forma integral.

Essa decisão fundamenta-se na necessidade de aquisição simultânea de todos os bens, garantindo padronização, compatibilidade técnica e entrega eficiente, sem prejuízo à competitividade ou à economicidade do processo licitatório.



11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

11.1 Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para a plena execução do objeto, tampouco há previsão de aquisições futuras relacionadas. A presente contratação é autossuficiente e atende integralmente às demandas da Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, no âmbito da **Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002**.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1 A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, como unidade gestora da Transferência Especial, segue um planejamento estratégico orientado pelos princípios da eficiência administrativa, sustentabilidade, transparência e inovação na gestão dos recursos públicos.

12.1.1 Os principais objetivos são:

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

- **Eficiência Administrativa:** otimizar os processos de aquisição e gestão patrimonial, assegurando o uso racional dos recursos transferidos;
- **Sustentabilidade:** promover o uso de materiais duráveis, energeticamente eficientes e ambientalmente responsáveis;
- **Inovação Tecnológica:** modernizar a infraestrutura do Poder Legislativo, garantindo melhores condições de trabalho e aprimoramento das atividades institucionais.

12.2 Contribuição da Contratação para os Objetivos Estratégicos

12.2.1 Eficiência e Sustentabilidade Administrativa

12.2.1.1 A presente contratação, voltada à aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinados à Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, contribui diretamente para a execução eficiente da **Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002**, conforme o **Plano de Ação nº 09032024-065483/2024**.

12.2.1.2 Os itens selecionados foram definidos para suprir as necessidades estruturais e funcionais da Câmara, garantindo melhor desempenho institucional e aprimoramento do ambiente de trabalho.

12.3 Alinhamento com a Transferência Especial e o Planejamento Estratégico

12.3.1 Esta contratação está totalmente alinhada aos objetivos institucionais da Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, observando as diretrizes da **Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002** e do **Plano de Ação nº 09032024-065483/2024**.


12.3.2 O investimento assegura a modernização da infraestrutura administrativa, a eficiência na execução das atividades legislativas e o uso responsável dos recursos públicos federais, fortalecendo a transparência e a boa governança.

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

13.1 Os principais benefícios esperados com esta contratação incluem:

13.1.1 Melhoria da Infraestrutura Administrativa

- **Atualização Tecnológica:** aquisição de equipamentos modernos (desktops, notebooks e condicionadores de ar) que proporcionarão maior agilidade e produtividade às atividades legislativas e administrativas;
- **Conforto e Ergonomia:** melhoria das condições de trabalho dos servidores e parlamentares, com mobiliário adequado e ambientes climatizados.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

13.1.2 Sustentabilidade e Eficiência Energética

- **Equipamentos de baixo consumo:** priorização de produtos com selo Procel de eficiência energética, reduzindo custos de manutenção e consumo de energia elétrica.

13.1.3 Eficiência Administrativa e Operacional

- **Processo de Aquisição Transparente:** utilização do Pregão Eletrônico, modalidade que garante ampla concorrência, transparência e economicidade;
- **Agilidade e Segurança na Entrega:** cronograma unificado que assegura a entrega e instalação de todos os itens dentro do prazo estabelecido;
- **Redução de Custos com Manutenção:** garantia mínima de 12 meses e suporte técnico garantem durabilidade e menor despesa com reparos.

13.1.4 Impacto Positivo na Gestão Pública

- **Fortalecimento Institucional:** melhoria da estrutura de apoio ao Poder Legislativo e das condições de trabalho dos servidores, refletindo diretamente na eficiência e transparência das atividades da Câmara Municipal.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1 Considerando o tipo e as características dos materiais a serem adquiridos, não há necessidade de providências adicionais para sua plena utilização.

14.2 A entrega deverá ocorrer conforme cronograma definido na nota de empenho, vedada qualquer alteração sem comunicação prévia ao setor responsável.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS


15.1 A contratação não apresenta risco de impacto ambiental relevante. O armazenamento e uso dos bens seguirão as recomendações técnicas e normas ambientais vigentes, assegurando a utilização sustentável dos recursos e descarte responsável de resíduos.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

17.1 A equipe técnica de planejamento declara viável a presente contratação, em observância à **Lei nº 14.133/2021** e ao **Decreto Municipal nº 260/2023**.

17.2 Justificativa da Viabilidade da Contratação

17.2.1 Com base na análise técnica realizada conforme as diretrizes da **Instrução Normativa SEGES nº 58/2022**, e considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, declara-se que a aquisição dos bens descritos

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

é necessária e oportuna para atender às demandas da Câmara Municipal de Vereadores de Capixaba, no âmbito da **Transferência Especial da Emenda Parlamentar nº 202444990002**, inserida no **Plano de Ação nº 09032024-065483/2024**.

17.3 Esta contratação revela-se essencial ao interesse público, garantindo a aplicação eficiente dos recursos federais transferidos e contribuindo para o fortalecimento institucional do Poder Legislativo Municipal.

17.4 O Pregão Eletrônico, modalidade escolhida, é a mais adequada para a aquisição de bens comuns, assegurando ampla competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

Anexo II
MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº.....)
Pregão Presencial /Eletrônico Nº: -----

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPIXABA, POR
INTERMÉDIO DO (A) E
A EMPRESA:.....

O MUNICÍPIO DE CAPIXABA – PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público com sede na Avenida Governador Edmundo Pinto, nº 001 – Centro da municipalidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº -----, representado por seu Prefeito Municipal – O senhor -----, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador da cédula de identidade nº ----- SSP/AC e inscrito no CPF sob nº -----) por intermédio do(a) ----- (órgão contratante), com sede no(a) -----, na cidade de ----- /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº -----, neste ato representado(a) pelo(a) ----- (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº -----, de ----- de ----- de 20..., publicada no DOE de ----- de ----- de -----, portador da Matrícula Funcional nº -----, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) -----, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº -----, sediado(a) na -----, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ----- (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ----- e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n./...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de -----, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

	<p align="center"> Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL </p>	
---	---	---

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDAD E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

...

...

Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

....

....

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.


A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

OU

O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.


CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;


Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXXX.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));



Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));

O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.


A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.


OU

A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do [art. 96](#), combinado com [art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

BEM 1..... Valor

BEM 2 Valor

...

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

TOTAL Valor total

OU

O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

BEM 1..... Valor

BEM 2 Valor

...

TOTAL Valor total


Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 0 deste contrato.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 00, observada a legislação que rege a matéria.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022](#).

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;

(2) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

a. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.



(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.


A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.


Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*

OU

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;


Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

80

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I.Gestão/Unidade:

II.Fonte de Recursos:

III.Programa de Trabalho:

IV.Elemento de Despesa:

V.Plano Interno:

VI.Nota de Empenho:

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

ANEXO IV – DECLARAÇÕES

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO


(MODELO – DEVE SER EMITIDO EM PAPEL QUE CONTENHA A DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIXABA
PREGÃO NA FORMA ELETRONICA Nº/2025

Vimos pela presente apresentar a Vossa Senhoria, a documentação da empresa referente à licitação em epígrafe e declaramos que atendemos todos os requisitos de Habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à habilitação.

Município, de de 2025.

 (Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do Representante Legal ou do Procurador)

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	--	---

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:/2025
MODALIDADE: PREGÃO
FORMA: ELETRÔNICA
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: XX

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:

CNPJ:
INSC. ESTADUAL:
ENDEREÇO:
CIDADE:
ESTADO:
TELEFONE:
E-MAIL:

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS:

BANCO:
AGÊNCIA:
CONTA:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

NOME/ NACIONALIDADE/ ESTADO CIVIL/ RG/ CPF/.
E-MAIL
ENDEREÇO:

1. Planilha da Proposta:

Item	Descrição	Qtd	Marca	Valor unt	Valor total

2. Validade da Proposta 60 (sessenta) dias;

- A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final;
- Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no Anexo I - termo de referência;
- O preço proposto deve compreender todas as despesas concernentes ao fornecimento do (s) material (is), bem como Impostos, Tributos, Frete, Contratação de Pessoal, entre outros, que deverão correr totalmente por conta da Empresa vencedora;
- Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente;


	<p>Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação</p> <p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC</p> <p>EDITAL</p>	
---	--	---

7. Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
8. Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme a lei 14.133/21, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
9. Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme a lei 14.133/21.

_____/____ de _____ de 2025.

Razão Social da Empresa
CNPJ Nº
Representante Legal

=====

	<p align="center"> Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL </p>	
---	---	---

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (MODELO), SE FOR O CASO
=====

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIXABA
REF: PREGÃO NA FORMA ELETRONICA Nº/2024

_____(nome da empresa)____,
CNPJ nº _____, sediada em (endereço completo)____, declara, sob sua exclusiva responsabilidade penal e civil, que nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, 139/2011, 147/2014, e 155/2016, que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. E que está apta para receber o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei, porque na data da abertura da licitação está classificada como:

- () Microempresa - ME – receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00.
() Empresa de Pequeno Porte-EPP - receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

Local e data: _____

(assinatura):
Nome e CPF do representante legal

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

	<p>Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação</p> <p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC</p> <p>EDITAL</p>	
---	--	---

Declaração de Cumprimento que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz

_____ (nome da
licitante)_____, CNPJ nº.


sediada _____, por
intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão em epígrafe,
DECLARA expressamente, sob a penas da lei que:

- a) até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- b) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no lei 14.133/21;
- c) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Capixaba – AC, de de 2025.

Carimbo da firma e assinatura

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº XXX/202X

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---

DECLARAÇÃO

A empresa, neste ato representada pelo seu (a) representante legal, Senhor(a), portador da cédula de identidade nº., CPF nº., declara que recebeu os documentos e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº/2022.
 Cidade/Estado, de de 2025.

Assinatura e Carimbo

PREGÃO NA FORMA ELETRONICA Nº XXXXXXXX/202X

	<p align="center">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC EDITAL</p>	
---	---	---



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA

A Empresa (inserir razão social), inscrita no CNPJ nº (inserir número) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) (inserir nome), portador(a) da Carteira de Identidade nº (inserir número e órgão emissor) e do CPF nº (inserir número), DECLARA, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

(inserir local e data)

(assinatura do representante legal)
CPF nº.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

	<p style="text-align: center;">Estado do Acre Prefeitura Municipal de Capixaba - Acre Comissão Municipal de Contratação</p> <p style="text-align: center;">PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025 - CMC</p> <p style="text-align: center;">EDITAL</p>	
---	--	---

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído da (empresa) doravante denominado (licitante), para fins do disposto no item (completar) do edital de Pregão na forma Eletrônica nº/2025, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da licitação de Pregão Eletrônico nº/2025 foi elaborada de maneira independente (Empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de Pregão Eletrônico nº/2025, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação de Pregão Eletrônico nº/2022 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de Pregão Eletrônico nº/2025 por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de Pregão Eletrônico nº/2025 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação de Pregão Eletrônico nº/2025 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de Pregão Eletrônico nº/2025 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação de Pregão Eletrônico nº/2025 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIXABA** antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa).